

IAOD do Deputado Lei Chan U em 06.11.2020

A criação de uma rede de protecção aos jovens menores

O Governo e a sociedade têm dado grande importância aos frequentes casos de abuso sexual de menores nos últimos anos, e foram tomadas várias medidas para a sua prevenção, mas, certo é que os referidos casos não foram efectivamente reprimidos. Deve ainda prestar-se particular atenção ao facto de a idade das vítimas de abuso sexual ter vindo a diminuir.

Segundo a investigação da Polícia Judiciária, um terço dos casos de abuso sexual ocorreu em estabelecimentos de ensino, por exemplo, em salas de explicações, centros de estudo, etc. Por isso, o reforço da fiscalização dos estabelecimentos e dos formadores é muito importante para a protecção da segurança dos menores.

O Decreto-Lei n.º 38/98/M, que regula os centros de apoio pedagógico complementar particulares, entrou em vigor há mais de 20 anos, e alguns artigos já não correspondem à realidade social nem às necessidades do desenvolvimento. Em 2015, as autoridades concluíram a consulta pública sobre a revisão do referido Decreto-Lei, mas nada mais se ouviu sobre essa revisão. Em Junho deste ano, na resposta a uma interpelação oral de um deputado, o Governo afirmou que a revisão já estava basicamente concluída, e que incidia principalmente na clarificação do conceito de centro de explicações, na optimização dos requisitos das habilitações académicas do pessoal, e nos cuidados, alimentação e transporte dos alunos, matérias já abrangidas no diploma, no âmbito da fiscalização. Quanto aos requisitos de ingresso dos trabalhadores, mantém-se a apresentação do registo criminal, e vão ser revistos os requisitos para proibir a contratação de pessoas que tenham abusado de menores. Apelo ao Governo para concluir, rapidamente, a referida revisão legislativa e para apresentar, quanto antes, a respectiva proposta de lei para apreciação da Assembleia Legislativa, com vista a reforçar a fiscalização dos estabelecimentos em causa e garantir a segurança das crianças.

No 1.º semestre deste ano, as autoridades instauraram 10 processos relativos a abusos sexuais de crianças, o dobro dos 5 registados no período homólogo do ano passado, e a tendência é aumentar. Para prevenir os actos de abuso sexual a partir da fonte, é necessário reforçar a educação sexual das novas gerações, elevar a sua consciência de autoprotecção e o seu domínio de artes marciais. A educação sexual já existe nas escolas de Macau, mas é dada de forma superficial, não é aprofundada, por isso, surgem dúvidas quanto aos seus efeitos. Apelo ao Governo para criar, quanto antes, um programa de educação sexual sistemático, generalizado e adaptado às diferentes faixas etárias, aumentar a eficácia desse programa, e reforçar a consciência e a capacidade de autoprotecção dos alunos, contribuindo, assim, para a criação de uma sociedade com igualdade de género.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 06.11.2020

Promoção do emprego dos portadores de deficiência para demonstrar uma estratégia inteligente por parte do Governo

Para promover a participação social, a integração económica e a qualidade de vida dos portadores de deficiência, o Governo apresentou planos para melhorar a sua situação de emprego e a vontade dos empregadores em contratá-los, incluindo: aumento de isenção fiscal para os mesmos, dedução fiscal para os empresários e isenção do imposto de circulação, lançamento do “Programa relativo ao incentivo de emprego de beneficiários da pensão de invalidez”, para atribuir essa pensão aos deficientes que tentam entrar no mercado de trabalho, etc. Mais, a partir de 2003 e 2005, as autoridades têm vindo a realizar, de 2 em 2 anos, o “Projecto sobre Prémios de Excelência para os Melhores Empregados Deficientes” e o “Plano de Atribuição de Prémios às Entidades Empregadoras de Pessoas Deficientes”, para premiar os melhores trabalhadores e elogiar os empregadores, em prol da promoção do reconhecimento e do apoio do público à capacidade de trabalho dos indivíduos com deficiência. No ano passado, houve fusão do referido programa e plano, passando a “Plano de atribuição de prémios aos melhores empregados deficientes e às entidades empregadoras de pessoas deficientes”, e, até ao momento, registou-se um total de 541 nomeações para empregados e 475, para empresas. Daí se vê que o Governo tem vindo a empenhar-se em proporcionar um ambiente de trabalho amigável aos portadores de deficiência, promovendo a harmonia social.

A Lei n.º 5/2020 – Salário mínimo para os trabalhadores – que entrou em vigor neste mês, visa assegurar uma protecção salarial mínima aos trabalhadores - 6656 patacas/mês e 32 patacas/hora. Para evitar que a lei do salário mínimo se aplique aos trabalhadores com deficiência, o que pode diminuir a vontade dos empregadores de contratarem pessoas com deficiência e afectar o emprego dessas pessoas, o Governo não as inclui na aplicação do salário mínimo. Com vista a apoiar e a incentivar os portadores de deficiência a ingressarem no mercado de trabalho, e a assegurar os seus salários, antes da entrada em vigor dessa lei, o Governo lançou o “Plano do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho para trabalhadores portadores de deficiência”, para que os locais titulares do “cartão de registo de avaliação da deficiência” que preenchem determinados requisitos de duração de trabalho, no caso de terem um rendimento inferior ao salário mínimo, possam requerer o subsídio complementar.

Trata-se do desempenho de um governo inteligente e, sem precisar de altas tecnologias, utilizou-se apenas uma alta EQ (inteligência emocional) para criar oportunidades e ambientes justos e racionais para os diferentes grupos de pessoas, criando uma boa imagem, um novo modelo padrão e um novo

pensamento. Os dirigentes devem aprender com isto e, aquando da promoção da diversificação adequada das indústrias, da atracção de talentos, da exploração de novas indústrias e da optimização das indústrias tradicionais, aplicar mais medidas para os portadores de deficiência, para estes poderem desempenhar bem o seu papel na construção social.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 06.11.2020

Preparação atempada pelo Governo da terceira ronda de apoios para o combate à epidemia

O surto epidémico provocou grave impacto na economia mundial, uma nova vaga da epidemia está a reaparecer nos Estados Unidos da América e na Europa com a entrada do Outono/Inverno, e a recuperação da economia mundial apresenta grandes incertezas. A economia de Macau está a abrandar, e os diversos sectores de actividade enfrentam grandes dificuldades e desafios, nomeadamente, a quebra acentuada de turistas e o tempo necessário para a recuperação do turismo. Entre Julho e Setembro, a população desempregada de Macau atingiu 11 800 pessoas e, em comparação com o primeiro trimestre deste ano, houve um aumento de 3 300 pessoas, e o subemprego continuou a aumentar para 19 000 pessoas; a redução significativa da população empregada também significa que houve mais perdas de postos de trabalho, o que é deveras preocupante. Prevê-se que, face ao aumento contínuo dos factores de incerteza nas regiões vizinhas, a economia possa não ter melhores perspectivas nos próximos meses, por isso o Governo ainda necessita de lançar medidas para apoiar os diferentes sectores e os residentes a ultrapassarem as dificuldades.

Quanto à recuperação do turismo, em meados deste ano, o Governo lançou o programa “Vamos, Macau!”, e ofereceu aos turistas promoções nos bilhetes de avião e hotéis, e descontos de consumo, com vista a atraí-los, mas, nos últimos tempos, o número de turistas não tem sido o ideal. A situação epidémica no Interior da China está relativamente estável, e não houve casos de infecção em Macau por um longo período. Mais, para reforçar o trabalho de prevenção da epidemia, foram adoptadas as medidas de teste do ácido nucleico nos postos fronteiriços dos dois lados. Espera-se que o Governo continue a negociar com o Interior da China a retoma gradual de excursões em Macau e da emissão de vistos electrónicos para turismo, pois só assim se consegue desenvolver eficazmente a atracção de turistas com as medidas de promoção turística e de descontos para o consumo. Ao mesmo tempo, espera-se que promova activamente as excursões Macau-Hengqin, para a indústria turística recuperar a vitalidade e os trabalhadores terem mais oportunidades de emprego. Mais, deve-se continuar a implementar medidas de apoio aos trabalhadores do sector do turismo e aos desempregados, por exemplo, continuar com o plano de visitas guiadas aos pontos turísticos, para que esses trabalhadores possam prestar serviços turísticos e, ao mesmo tempo, participar no trabalho com o seu próprio esforço.

Para além dos trabalhadores do sector do turismo, os de outros ramos de actividade também sofreram diferentes níveis de impacto, por exemplo, a maioria da população subempregada trabalha no jogo, na mediação do jogo, na hotelaria e na construção. Tendo em conta uma eventual recessão económica e a subida

contínua da taxa de desemprego, o Governo deve definir, quanto antes, os respectivos planos de contingência, lançando, atempadamente, a terceira ronda de apoio e continuando a apoiar os residentes na luta contra a epidemia. Mais, deve assegurar os trabalhos de conjugação de emprego para ajudar os residentes a resolverem o problema de desemprego; por exemplo, aumentar, no próximo ano, os investimentos nas infra-estruturas públicas, a fim de alcançar o objectivo de aumentar verdadeiramente as oportunidades de emprego e, quanto às obras públicas, é necessário definir cláusulas que garantam a participação dos sectores e trabalhadores locais. Deve ainda rever e otimizar as disposições dos planos de formação subsidiada, que restringem a participação de trabalhadores de determinados sectores, para que os trabalhadores que gozam de licenças sem vencimento tenham a oportunidade de participar.

A epidemia demonstrou mais uma vez a não diversificação da indústria de Macau, a dependência excessiva do sector do jogo e a falta de flexibilidade económica. No futuro, o Governo deve envidar mais esforços para promover a diversificação adequada das indústrias e apoiar as PME a elevarem a sua competitividade, e lançar medidas para a formação de talentos diversificados, a fim de promover o desenvolvimento saudável de mais sectores.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Fong Ka Chio em 06.11.2020

O significado de manter o Grande Prémio durante a epidemia

Neste ano de 2020, a economia mundial está muito afectada pela epidemia de Covid-19, situação de que Macau, enquanto microeconomia, também não se livrou. A economia local está a enfrentar, desde o início do ano, os mais difíceis desafios, portanto, há quem questione se, com a economia em baixa, se deve manter o Grande Prémio, que parece apresentar um grave desequilíbrio entre as receitas e despesas. Mas, é certamente nesta altura difícil que Macau deve encontrar um ponto de equilíbrio entre a prevenção da epidemia e a recuperação económica, tomando a iniciativa de avançar com todas as medidas viáveis.

Segundo um estudo sobre o 59.º Grande Prémio de Macau, efectuado no final de 2012, os benefícios económicos que este evento trouxe para Macau não foram apenas as receitas decorrentes da venda de bilhetes e de patrocínios, e, conforme as estimativas do referido estudo, o Grande Prémio pode trazer para Macau benefícios no valor equivalente a 8,82 vezes as suas despesas, incluindo interesses tangíveis e intangíveis. As receitas são importantes, mas manter o evento este ano tem um significado mais importante.

Os benefícios que o Grande Prémio traz para Macau advêm do seu papel de promoção, através da criação de uma marca espectacular de desporto motorizado no palco mundial. Além da imagem enraizada de Macau enquanto cidade de jogo, o Grande Prémio conseguiu, com sucesso, criar uma imagem internacional de um turismo diversificado. Durante os 60 e tal grandes prémios anteriores, o esforço das várias gerações em aperfeiçoar os detalhes das corridas tem contribuído para a protecção da pista desafiadora e única de Macau. O Grande Prémio criou a sua própria marca no palco internacional, ganhando a confiança e a atenção de todos. Segundo os resultados de um inquérito realizado pela Universidade de Macau, o Grande Prémio tem sido o evento mais prestigiado dos últimos nove anos, e mais de metade dos turistas conseguem facilmente dizer que o Grande Prémio é um dos grandes eventos de Macau.

A realização do Grande Prémio deste ano na data prevista tem, de facto, vantagens. Neste momento, o que Macau mais precisa de fazer é promover, divulgar que a cidade é segura para os turistas entre as principais fontes de visitantes onde a prevenção e o controlo da epidemia estão relativamente estáveis, ou seja, o Interior da China, e a forma mais directa e mais eficaz de o fazer é através de uma ampla divulgação nos média chineses. Por isso, a realização atempada do Grande Prémio pode ter grande efeito promocional. Entre Macau e o Interior da China já existe um mecanismo permanente de teste de ácido nucleico e de conversão de códigos de saúde, e apesar de a mobilidade das pessoas ser relativamente fácil, o número de turistas do Interior da China que visitaram Macau durante a última semana dourada de 1 de Outubro não foi tão bom como o previsto. Isto deve-se provavelmente à falta de informação dos visitantes do

Interior da China sobre a eficácia da prevenção e controlo da epidemia em Macau. Assim, a realização do Grande Prémio pode promover Macau, mostrando aos visitantes do Interior da China que é um destino turístico seguro, e a actual situação difícil do turismo de Macau poderá ser ultrapassada se for iniciada a divulgação, quando antes, do cancelamento das restrições aos visitantes do Interior da China. Através de anúncios em meios de divulgação específicos, como a estação de televisão CCTV e as plataformas sociais do Interior da China, entre outros, com informações sobre a realização do Grande Prémio na data prevista, e a prevenção e controlo da epidemia em Macau, pode incentivar-se novamente o interesse em visitar Macau por parte dos turistas do Interior da China.

O Grande Prémio é um evento desportivo, e o Governo deve promover a organização contínua deste evento para animar o ambiente emocional negativo que se vive neste momento, criando um espírito de esforço e de luta contra as dificuldades. Segundo os resultados de um inquérito aos conhecimentos sobre o Grande Prémio, realizado em 2014, cerca de 66% dos inquiridos consideram que se trata de um desporto justo, e que o Governo deve aproveitar os conhecimentos da população para promover na sociedade, sob o pressuposto da justiça, o valor inestimável do espírito de luta e coragem para enfrentar as adversidades e desafios.

Por fim, sugiro ao Governo que, para além de assegurar o sucesso da organização do Grande Prémio, reforce o controlo da epidemia, insistindo nas medidas de “prevenção de casos importados e de ressurgimento da epidemia no território”, avaliando as eventuais situações que podem surgir durante as actividades e preparando os respectivos planos. Deve ainda continuar a ouvir a opinião pública, a fim de reduzir o impacto do evento na vida da população. Esperamos que, numa altura tão especial, este evento também especial traga mais resultados positivos.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 06.11.2020

Aperfeiçoar a legislação e reforçar a divulgação jurídica, para criar um ambiente seguro para o crescimento das crianças

Nos últimos meses, foram denunciados vários crimes sexuais contra menores, deixando a sociedade em espanto. Segundo os dados do Governo, o número de processos instruídos envolvendo materiais pornográficos de menores subiu de 1, no ano juriciário transacto, para 19 em 2019/2020, e o número de casos de abuso sexual contra menores na 1.ª metade deste ano foi 10, isto é, o dobro do mesmo período do ano passado. Esta tendência não pode ser negligenciada, merecendo pois a atenção e a censura da sociedade.

É de sublinhar que alguns casos de abuso sexual aconteceram em instituições de ensino ou de serviço social, locais que os menores frequentam, e envolveram trabalhadores destas instituições. Muitos pais estão preocupados, pois praticaram-se crimes em estabelecimentos onde as crianças deviam ser protegidas. Na realidade, o Governo afirmou, há anos, que ia rever o Estatuto dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior e o Regime da emissão da licença de equipamento social, chegando mesmo a concluir 3 fases de consulta pública sobre o estatuto em 2015. Tenho acompanhado a fiscalização destas instituições e a revisão legislativa, que ainda não entrou em processo legislativo. Assim, exorto mais uma vez o Governo a concluir, quanto antes, a revisão legislativa, no sentido de tornar mais exigentes os requisitos éticos de ingresso em centros de dia, creches, centros de explicações e de educação contínua, agravar as multas e alargar o período de suspensão de actividade aos estabelecimentos infractores. Mais, há que incluir os centros de dia no âmbito da fiscalização legal, para os estabelecimentos prestarem mais atenção à gestão e assim se restituir a confiança dos pais.

Tendo em conta a natureza especial dos estabelecimentos que envolvem menores, devem ser definidas normas mais rigorosas quanto à segurança dos estabelecimentos e à ética profissional dos seus trabalhadores. Segundo as regras vigentes, para poder trabalhar nas escolas, centros de explicações e outros estabelecimentos, é preciso apresentar o respectivo registo criminal (vulgarmente conhecido por registo de conduta), mas não se exige, expressamente, a entrega anual da correspondente certidão mais actualizada, nem sequer existe uma lei que regule a contratação de trabalhadores para as creches. Determinadas menções no registo criminal, depois de satisfeitos os pressupostos, podem ser eliminadas através da figura de reabilitação judicial (conhecido como “lavagem do perfil”). Pelo exposto, sugiro às autoridades que tomem por referência os métodos

de outros locais, e que estudem a viabilidade da criação de um mecanismo de consulta de registos semelhante ao do relacionado com os crimes sexuais, ou a criação duma base de dados sobre os criminosos sexuais, mas quanto aos dados, o empregador só os pode consultar com o consentimento do trabalhador que tenha contacto próximo com menores. Sugiro ainda a introdução da regra de actualização anual do registo para as pessoas que trabalham nas creches e nas instituições de ensino, com vista a salvaguardar o nível do pessoal e contribuir para uma melhor protecção das crianças face a eventuais perigos.

Sob o impulso das associações de mulheres e o meu, o Governo procedeu à revisão do Código Penal em 2017, aumentou a moldura penal da maioria dos crimes de abuso sexual e dos crimes sexuais que envolvem crianças, por exemplo, a importunação sexual praticada em menor de 14 anos é punida com pena de prisão até 3 anos, e aditou o crime de importunação sexual. Os casos de abuso sexual de menores são frequentes e na opinião de algumas pessoas o “atentado ao pudor não é condenável”, o que reflecte que os trabalhos de generalização do Direito sobre os crimes sexuais devem continuar a ser reforçados. Sugiro às autoridades o reforço da cooperação com as associações, no sentido de divulgar, entre as diferentes camadas etárias e profissões, conhecimentos e leis sobre a protecção das crianças contra o abuso sexual e a violência, realçando as consequências dos crimes sexuais e as ofensas às vítimas, para que todos conheçam e cumpram a lei. Há ainda que promover na sociedade o conceito de protecção das crianças, com vista a criar, em conjunto, um ambiente de crescimento seguro para as crianças.

2020-11-06 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

"O crónico problema das escavações, as preocupações com a derrapagem orçamental e os prazos de finalização da construção das 28 mil habitações públicas nos Novos Aterros Urbanos da Zona A"

No dia 4 do corrente, o Sr. Secretário para os Transportes e Obras Públicas apresentou um projecto preliminar de construção das esperadas 24 mil unidades de habitação económica e 4 mil unidades de habitação social.

Contudo, foi mencionado, que a construção faseada das 23 mil fracções só terá início em 2021 e 2024, sem nunca se mencionar quando serão finalizadas estas importantes obras e que entidade oficial será futuramente responsável pela coordenação das escavações nas vias públicas.

Muitos cidadãos, estão preocupados com a falta de datas na conclusão das obras e recordam perfeitamente as numerosas promessas falhadas no passado recente, como por exemplo, o Complexo Hospitalar das Ilhas planeado em 2009 para ser aberto ao público em 2017 e até hoje "desaparecido do mapa" provavelmente nem 2024 dará "sinais de vida".

Outras das más experiências do passado recente tem a ver com as sucessivas derrapagens orçamentais tais como o Metro Ligeiro, o Centro Modal de Transportes da Barra o viaduto da Universidade de de Macau (UM), a própria construção da UM o Terminal Marítimo de Pak On na Taipa e ainda recentemente o Edifício do Grande Prémio orçado inicialmente em 300 milhões e agora já vão nos 800 milhões de patacas.

Em Macau, muitos cidadãos são de opinião de que o Governo deveria desligar-se por completo as obras públicas concessionando às empresas de construção civil locais com experiência na construção dos edifícios das concessionárias do Jogo. Estas empresas construtoras em prazos curtos de meses conseguiram construir obras importantes e com fama internacional.

O Governo deveria ponderar o envolvimento das empresas construtores locais ao abrigo do sistema internacional BOT (Built, own, operate and transfer) uma forma inteligente de concessionar obras públicas do sector público ao privado para que este último mediante a respectiva concessão possa ser financiada pelo sector bancário, evitando o financiamento do erário público como está sendo planeado para as diversas construções na Zona A.

Ao abrigo do regime BOT seria integralmente da responsabilidade dos privados os projectos de arquitectura e construção incluindo a gestão no âmbito da concessão que pode durar 20 a 30 anos findo o qual as edificações reverteriam a favor do Estado. Trata-se dum modelo operacional no âmbito das parcerias público-privadas que o Governo deveria ponderar seriamente evitando o uso de erário público nas ditas construções. Exemplos dessas parcerias existem no interior da RPC, Tailândia, Taiwan, Arábia Saudita, Vietnam, Malásia, Filipinas, Myanmar Japão, etc.

Muito Obrigado!

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 06 de Novembro de 2020.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 06.11.2020

Dinamizar o mercado e promover a economia através do investimento

O Governo está a realizar uma consulta pública sobre o projecto do Plano Director, e a reacção da sociedade foi acesa, pois vários sectores apresentaram opiniões e pontos de vista, a fim de construir um belo lar. Mais, o Governo lançou, há dias, o projecto de ajustamento e optimização do planeamento da zona A dos novos aterros, para ouvir opiniões e sugestões da sociedade. Este planeamento inclui tudo e foi feito com uma ponderação abrangente. Com os projectos do Plano Director e da zona A, os cidadãos podem sonhar, mas, para alcançar este sonho, é preciso pô-los em prática, pois todos nós esperamos que os bons projectos se concretizem o mais cedo possível. Na sessão de apresentação sobre o projecto de ajustamento e optimização do planeamento da zona A, referi que, se for o Governo a planear e a investir na construção de toda zona A, com uma área de 138 hectares, vai levar muito tempo e os montantes de investimento vão ser elevados, portanto, proponho que se autorize os privados a investir nas instalações comerciais, para aliviar os encargos financeiros do Governo, elevar a eficácia de desenvolvimento da zona A, dinamizar o mercado e promover a economia através do investimento.

Entre os planeamentos urbanísticos existentes, o Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa, aprovado em 1995, está a ser aplicado há mais de 10 anos, mas muitos terrenos sitos nas Povoações de Cheoc Ká e de Sam Ka encontram-se desaproveitados por impossibilidade do serem desenvolvidos independentemente, o que faz com que as infra-estruturas comunitárias, como a rede viária e de canalizações, não possam ser instaladas. Para aumentar a operacionalidade desse plano e satisfazer as necessidades sociais quanto ao desenvolvimento dos bairros comunitários, em 2013, os Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes avançaram com o estudo sobre a revisão do plano, com vista a promover o desenvolvimento da zona em causa, e pretenderam assim transformá-la num bairro comunitário equipado com instalações complementares aperfeiçoadas, melhorando o ambiente habitacional. Após a revisão, o plano incide sobre uma área total de 223 038 metros quadrados, ou seja, 22,3 hectares, e define uma área de 105 045 metros quadrados como terrenos para construção, representando 47 por cento da área total e dividindo-se em 71 lotes; e, segundo as previsões, o número de habitantes vai atingir cerca de 36 500. Esses lotes destinam-se, principalmente, a espaço verde, zona para peões, parques e praças, rodovias, fins não industriais, habitação pública, instalações sociais, públicas e desportivas, e escolas.

Os objetivos são: considerar plenamente a distribuição dos recursos ecológicos naturais na zona, entre outras condições reais e vantajosas, e adoptar o modelo de vias internas e aglomeração para a disposição espacial, com vista à construção de um novo tipo de comunidade habitacional verde; promover o

aproveitamento eficaz dos terrenos da zona Norte da Taipa, estendendo gradualmente a dinâmica urbana do lado oeste da Avenida do Dr. Sun Yat Sen até à área de intervenção do plano; aperfeiçoar integralmente as construções relevantes, para elevar a qualidade global do ambiente de vida dos moradores. Assim se cria uma comunidade com as funções habitacional e comercial, e com instalações públicas e sociais.

Os planos e objectivos referidos são óptimos, mas, durante a sua execução, devido ao direito de propriedade, os terrenos em causa não podem ser desenvolvidos independentemente, e porque há dificuldade de exploração da rede rodoviária, baixa operacionalidade e limitações das condições reais, entre outros problemas, até agora, são poucas as habitações e instalações sociais construídas, e o aspecto urbano e o ambiente habitacional não conseguem, então, ser melhorados. Mais, a zona TN envolve 71 terrenos, dos quais 33 são de propriedade privada, portanto, os respectivos investidores não conseguem, a longo prazo, desenvolvê-los, o que terá impacto para o ambiente de investimento e o impulso económico.

Sugere-se ao Governo que, ao impulsionar o novo planeamento urbanístico, dê atenção à implementação eficaz do Plano de Ordenamento Urbanístico da Zona Norte da Taipa, que assuma, por sua iniciativa, a respectiva coordenação, para resolver as dificuldades, através de discussão conjunta, entre as partes interessadas e que, especialmente na actual situação de recessão económica, incentive os investidores dos terrenos privados a concretizarem os seus planos para impulsionar o crescimento económico.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 06.11.2020

Concretizar, quanto antes, o planeamento e o desenvolvimento da Zona A

Há dias, o Governo apresentou à Assembleia Legislativa (AL) o plano preliminar da Zona A dos Novos Aterros, incluindo o projecto de construção das futuras habitações públicas, as instalações rodoviárias, recreativas e desportivas sociais, a arborização urbana, etc. Espera-se construir uma zona como nova entrada costeira na cidade, com a predominância de habitação pública, as melhores instalações complementares e o apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

O desenvolvimento da Zona A tem sido alvo da atenção da sociedade. Foi concluída a consulta pública sobre o planeamento urbanístico, o qual vai ser lançado oficialmente apenas no final do próximo ano, e o Governo revelou que o planeamento da Zona A está basicamente concluído e que não haverá grandes alterações. Mais, na Zona A já foram iniciadas as obras de construção de 3011 habitações económicas em 3 lotes, ou seja, B4, B9 e B10, por isso, há toda a necessidade de aperfeiçoar, quanto antes, as diversas instalações complementares. Assim, o desenvolvimento da Zona A já não pode continuar a arrastar-se, devendo o Governo concretizar, quanto antes, o plano de construção e definir os objectivos a curto, médio e longo prazo, em articulação com o desenvolvimento da Zona A em diferentes períodos.

O que mais nos preocupa é a habitação pública. Espera o Governo iniciar a sua construção nos próximos 4 anos, planeando construir em 2021, 2023 e 2024, respectivamente, cerca de 5200, 5600 e 5700 habitações económicas e, em 2022, cerca de 4100 habitações sociais, ou seja, um total de 23 mil habitações públicas. Prevê-se ainda mais um concurso para a atribuição de habitação económica em 2022. O Secretário Raimundo do Rosário até está confiante de que no mandato deste Governo não se vai abrir apenas um, mas, sim, dois ou três destes concursos. Concordo com a construção de mais habitação pública para responder às necessidades dos residentes, a admissão contínua de pedidos de habitação social e a abertura de concursos para habitação económica. Mas no último concurso muitos ficaram “a ver navios” no sorteio. Mesmo com a alteração em que a classificação passa a ser por pontuação, a falta de oferta não dá para satisfazer a procura. Assim, deve o Governo juntar os concursos num só, para evitar que os residentes tenham de se candidatar várias vezes, queimando etapas burocráticas, e criar mais oportunidades para os que estejam classificados no meio, satisfazendo mais as necessidades dos residentes.

(Tradução)

Por último, espero que seja concretizada, o mais breve possível, a construção dos dois aldeamentos escolares na Zona A, evitando que o caso de Seac Pai Van se repita e que os alunos tenham de ir para escolas de outras zonas, e que estes e os seus pais desperdicem tempo nas deslocações, agravando a pressão do trânsito. Mais, espero ainda que os espaços verdes, parques e jardins da zona A sejam também criados prioritariamente para permitir o seu uso com antecedência pelos residentes da zona Norte, alargando os espaços de lazer de Macau e embelezando todo o meio ambiente da zona A.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 06.11.2020

Optimizar o mecanismo de formação e introdução de quadros qualificados

O programa de desenvolvimento de talentos, uma das prioridades nas Linha de Acção Governativa, tem sido implementado, desde a sua concepção até à sua execução, com a aplicação de significativos recursos, humanos e materiais, nomeadamente, na criação da Comissão de Desenvolvimento de Talentos e na implementação do “Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo em Macau” e do “Programa de Visita a Macau dos Talentos no Exterior”, acções que têm contribuído para dinamizar o desenvolvimento de talentos e elevar o nível dos jovens locais.

Para formar jovens estudiosos de Macau e atrair o regresso de quadros qualificados, o Governo tem avançado com diversas iniciativas, por exemplo, a criação de uma base de dados de talentos, a qual possibilita o contacto com os talentos do exterior para incentivar o seu regresso a Macau e, através da qual, o Governo conseguiu convidar um professor catedrático, distinguido com o prémio “*Chang Jiang Scholars Programme*”, para regressar a Macau e um jovem académico da área da biologia para aqui trabalhar; e o “Programa para Estudiosos de Macau da Universidade de Macau”, com a duração de três anos, organizado em conjunto pela Fundação Macau e Universidade de Macau, em 2015, programa que acolheu até ao momento 20 jovens locais graduados de universidades de renome internacional. Por se tratar de um programa muito bem acolhido pelas elites de Macau, a procura é maior do que a oferta. Isto demonstra que muitos quadros qualificados locais que residem no exterior estão dispostos a regressar para participar no desenvolvimento e na construção de Macau, desde que lhes sejam dadas oportunidades.

Sendo uma das cidades principais da Grande Baía, para se destacar entre elas, Macau deve atrair e captar quadros qualificados, para o seu desenvolvimento, e promover o desenvolvimento do ensino superior, apoiando as respectivas instituições locais a atingirem um nível de qualidade internacional, de modo a permitir a elevação contínua da qualidade do ensino local, pois as instituições de ensino superior de qualidade podem contribuir para a oportunidade de auto-aperfeiçoamento dos jovens locais e para captar para Macau os talentos do exterior. Assim, há quem sugira que as instituições locais devam reforçar a ligação com as instituições quer nacionais quer do exterior, e assumir uma atitude de abertura para promover a cooperação com as do exterior, para o desenvolvimento de um ensino local de qualidade e garantia ao nível de talentos para o desenvolvimento diversificado de Macau.

Assim, proponho o seguinte:

1. Recentemente, o Governo elaborou o texto preliminar das “Linhas Gerais do

Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo do Ensino Superior de Macau”, pretendendo, após a recolha de opiniões e aperfeiçoamento, lançar o documento oficial durante este ano. O texto identifica a situação actual, as vantagens, os desafios e as oportunidades do desenvolvimento do ensino superior de Macau, dando ideias para o rumo do futuro desenvolvimento desse ensino. Acho que nesta conjuntura especial, isto é, a pandemia enquanto normalidade, o lançamento do texto não deixa de ser uma nova oportunidade. Com base neste plano director, o Governo deve adoptar uma visão mais abrangente, para apoiar a complementaridade em termos de recursos humanos e de investigação entre as instituições de Macau e as do exterior. Há que promover a diversificação de cursos, incentivar o intercâmbio e formar mais profissionais de diferentes áreas com capacidade de investigação científica.

2. A formação e a importação de profissionais são estratégias paralelas, e, com a globalização, passaram a ser prioridades em muitos países e regiões. Macau está a atravessar um momento crucial no desenvolvimento estratégico da Grande Baía, e deve adoptar uma política de importação de talentos mais proactiva e ambiciosa, atraindo profissionais e criando condições para o seu desenvolvimento em Macau, para formar aqui um ambiente justo para o crescimento e desenvolvimento dos talentos. Assim, o regime de importação de recursos humanos deve continuar a ser aperfeiçoado, aprendendo com as boas práticas das regiões vizinhas. Por exemplo, em Hong Kong, o regime de admissão de imigrantes qualificados dispõe de 2 mecanismos: *General Points Test* e *Achievement-based Points Test*, e ambos têm em conta as distinções dos candidatos: quanto mais distinções têm, maior será a probabilidade de admissão. Assim, proponho que se aprenda com essa política, para importar os profissionais que realmente contribuem para o desenvolvimento de Macau, e que se faça uma selecção rigorosa, para evitar admissões abusivas. Tudo isto para melhorar a estrutura de recursos humanos altamente qualificados, em prol do desenvolvimento socioeconómico de Macau.

IAOD da Deputada Chan Hong em 06.11.2020

Promover a redução do plástico é uma missão importante e de longo prazo que exige colaboração e esforços conjuntos do Governo e da população

Os resíduos de plástico têm enorme impacto no meio ambiente e no ecossistema, por isso, a redução do plástico já é uma moda mundial. Os países estão a empenhar-se em promover planos de redução do plástico, e vários países e regiões já alcançaram resultados notórios. A entrada em vigor, em 8 de Novembro de 2019, da Lei das Restrições ao fornecimento de sacos de plástico simboliza a entrada de Macau numa nova etapa dos trabalhos de redução do plástico. Mesmo assim, em 2019, a quantidade de resíduos sólidos urbanos ainda atingiu 550 mil toneladas, das quais 23,5% são plástico, (Nota 1) demonstrando que ainda há grande margem para melhorias quanto à plena redução do plástico.

Em Julho de 2019, apelei à plena redução do plástico numa interpelação escrita, esperando que as autoridades incluíssem na regulamentação os materiais abundantemente utilizados no mercado, tais como talheres de plástico, copos descartáveis, palhinhas de plástico, caixas de esferovite, etc., sobretudo os produtos de esferovite cujo controlo deve ser reforçado pela via legislativa. Em Julho deste ano, o Governo anunciou o seu plano de proibir, no próximo ano, a importação de caixas de esferovite e de promover gradualmente a redução dos produtos de plástico, (Nota 2) o que é uma boa notícia e demonstra a sua determinação em promover a plena redução do plástico e aprofundar os trabalhos de protecção ambiental.

Com vista à melhor concretização e aprofundamento dos trabalhos de redução do plástico, sugiro o seguinte:

1. Controlar, quanto antes, a importação de caixas de esferovite. Ao acelerar este trabalho, as autoridades devem ainda reforçar a sensibilização do sector da restauração e ajudá-lo a encontrar caixas de takeaway altamente degradáveis que satisfaçam os padrões da protecção ambiental, com vista ao uso tranquilo dos comerciantes e ao consumo sossegado dos residentes.

2. Estudar sobre legislar acerca da plena redução do plástico. Nos últimos anos, foi mais frequente o uso de talheres de plástico descartáveis. Este material emite substâncias nocivas no processo de aquecimento, portanto, a longo prazo, as autoridades devem reforçar o respectivo controlo e procurar o consenso social, por forma a avançar com os trabalhos legislativos para a plena redução do plástico.

3. Reforçar a reciclagem do plástico. Em 2019, Macau produziu 129 mil toneladas de resíduos de plástico, das quais só foram recicladas 304 toneladas, isto é, 0,23%. É de notar que as autoridades têm de reforçar o apoio e a assistência ao sector da reciclagem, com vista a aumentar a taxa de reciclagem

do plástico.

4. Reforçar a educação e a sensibilização sobre a redução dos resíduos e do plástico. Nos últimos anos, a consciência sobre a protecção ambiental tem aumentado entre os lojistas e residentes, mas a prática ainda não está em sintonia, ou seja, ainda não adquiriram o hábito de reduzir o plástico. As autoridades devem reforçar, constantemente, nos bairros comunitários e nas escolas, a educação sobre a reciclagem e a redução de resíduos, recorrer a métodos mais convenientes para incentivar a separação e reciclagem de resíduos entre os residentes, e reforçar a sensibilização, criando na sociedade uma atmosfera de protecção ambiental para que a população ponha isso em prática.

Nota 1: DSPA – Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2019

Nota 2: Macau Daily, 10 de Agosto de 2020, Pág. A01: Notícias de Macau, DSPA pretende proibir a importação de caixas de esferovite.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 06.11.2020

Plano diversificado para promover a recuperação do turismo

Com o desenvolvimento normal da epidemia, a recuperação global da economia de Macau depende do turismo. Com o apoio da Pátria, Macau foi a primeira região do país que retomou as trocas quotidianas com os residentes do Interior da China. O número de turistas, apesar de recentemente ter registado um aumento, ainda está aquém das expectativas da sociedade.

O Governo lançou um “Carnaval para Desfrutar Macau”, com uma série de actividades para promover a confiança em viajar para Macau. As actividades abarcam o Grande Prémio e o Festival de Gastronomia, entre outras iniciativas, para aumentar a atractividade turística e promover a recuperação do turismo local. Este projecto merece o nosso reconhecimento e contribuirá, sem dúvida, para estimular a economia que se encontra em recessão.

Olhando para o mundo todo, os trabalhos excelentes de prevenção da epidemia permitiram que, em todo o país, Macau fosse a única região fora de fronteiras com isenção de quarentena e livre circulação, portanto, a “segurança” é a maior vantagem para acelerar a recuperação do turismo local. O Governo tem de aproveitar bem a oportunidade para promover Macau, estender a promoção através dos eventos a seguir e preparar-se bem para as próximas épocas altas de turismo no Dia da Fraternidade Universal e no Ano Novo Chinês, para promover, de forma estável, a recuperação económica local com todos os sectores da sociedade.

Com a entrada num estado de prevenção normalizada da epidemia em Macau, o Governo pode avançar com o impulsionamento e a prestação de apoio à indústria para desenvolver mais produtos *online*, por exemplo, viagens e *expos* virtuais, etc. Para fazer face ao surto da epidemia, em muitos pontos turísticos e museus do Interior da China, desenvolveram-se muitos produtos ao nível de viagens virtuais, tais como: Cidade Proibida VR/AR, Cavernas de Mogao, museus, o que se traduz em produtos de turismo *online* que merecem a exploração activa da indústria envolvida. Na Feira Internacional de Macau, encerrada há pouco, foi introduzida, pela primeira vez, e transmitida ao vivo, a bolsa de contactos *online* e, por via de negociação *online*, foram assinados mais de cem contratos, com resultados muito satisfatórios. Dum modo geral, durante ou mesmo depois da epidemia, vai ser necessário um tempo bastante longo para a normalização das viagens e reabertura das convenções e exposições. Proponho ao Governo que aproveite mais a publicidade *online* para estimular potenciais turistas a viajar, e promova que participantes organizem convenções e exposições, de modo a estabelecer uma boa base de clientes para a plena recuperação após a epidemia e ajudar várias indústrias a acelerar ainda mais a sua recuperação.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 06.11.2020

Apoiar a integração dos jovens no desenvolvimento da Grande Baía

Todos sabem que a integração dos jovens de Macau no desenvolvimento da Grande Baía e na conjuntura do desenvolvimento do País, e a assunção de maiores missões, são expectativas do País e necessidades de Macau, tratando-se de uma grande dificuldade e de um problema que urge resolver quanto antes. Face ao impacto da epidemia e aos problemas da estabilização do emprego dos jovens, a promoção da referida integração não deve ser lenta nem hesitante; há que aproveitar a oportunidade e vantagens, e reforçar os apoios.

O Senhor Ho Iat Seng, Chefe do Executivo, aquando da candidatura ao seu cargo, afirmou que a promoção da integração dos jovens no desenvolvimento da Grande Baía é uma missão importante, manifestou a sua preocupação, analisou a questão e apresentou estratégias. Manifestou que já é membro permanente do Comité Permanente da APN há muitos anos e trabalha no órgão supremo do poder estatal, conhece bem os respectivos processos e regimes, e muitos dos seus amigos acham que ele deve liderar os jovens de Macau a integrarem-se na Grande Baía, caso contrário, Macau será ainda mais marginalizada.

Segundo o mesmo, não é fácil ajudar os jovens a entrar na Grande Baía. Mas, se se perder a oportunidade de cinco anos, Macau poderá ser mais marginalizado. Macau é uma pequena economia e, uma vez marginalizada, dificilmente consegue maior desenvolvimento no futuro. Como atrair os jovens de Macau para trabalhar nas cidades da Grande Baía, que oferecem baixos rendimentos, é um problema real, e como é que os jovens de Macau, que estão a assumir os elevados preços das habitações, podem deixar de trabalhar em Macau e entrar na Grande Baía é também um tema que merece a nossa ponderação. Mais, afirmou directamente que “muitos jovens estão fartos de distribuir cartas nos casinos, mas (se forem trabalhar na Grande Baía) vão deixar de ter capacidade financeira para suportar os empréstimos para aquisição de uma habitação”. Acredita que os jovens só podem participar na construção da Grande Baía se conseguirem resolver primeiro o problema de habitação e prometeu que, depois de ser eleito, o assunto seria estudado com prioridade.

Não restam dúvidas de que o impulsionamento da integração dos jovens de Macau no desenvolvimento da Grande Baía é importante, necessário e urgente, e que os impactos do surto constituem mais um desafio. No âmbito das Linhas de Acção Governativa, o como desenvolver de forma sistemática os correspondentes trabalhos voltados para os jovens passa a constituir um indicador importante para aferir a inteligência, a coragem e a experiência do Governo, portanto, é necessário prestar maior atenção e ponderar com prioridade sobre o assunto.

Quanto à promoção da integração dos jovens no desenvolvimento da Grande Baía, apresento quatro sugestões:

1. Reforçar as investigações e estudos contínuos para elevar a especificidade e eficácia das políticas e medidas de apoio, otimizar os incentivos existentes e, ao mesmo tempo, aumentar a motivação, alargando o plano de empreendedorismo e inovação dos jovens na Grande Baía, ou prestar-lhes apoio pecuniário na procura de emprego e apoiá-los na resolução dos problemas habitacionais;

2. Reforçar o apoio e a orientação no âmbito do emprego e empreendedorismo, criar um mecanismo de acompanhamento relativo ao emprego e ao empreendedorismo dos jovens na Grande Baía, e monitorizar, avaliar e aperfeiçoar os respectivos trabalhos, para prestar apoio e orientações atempadas;

3. Reforçar o planeamento a curto, médio e longo prazo, definindo planos para o emprego e empreendedorismo dos jovens na Grande Baía, promovendo os respectivos trabalhos de forma ordenada, e equilibrar as necessidades, em escala e em duração, da empregabilidade dos jovens na Grande Baía com as necessidades de recursos humanos e de talentos de Macau;

4. Integração subsidiada dos jovens no desenvolvimento da Grande Baía. Neste momento, enquanto muitos recém-graduados ainda não conseguem encontrar um emprego adequado, em breve, novos recém-graduados vão também ingressar no mercado de trabalho. Como a recuperação económica de Macau ainda está a demorar algum tempo e a procura de recursos humanos está fraca, o Governo pode adoptar medidas adequadas, por exemplo, subsidiar os jovens interessados na procura de oportunidades de emprego na Grande Baía. Além de não afectar a procura de recursos humanos em Macau, essa medida pode também aliviar as dificuldades dos jovens na procura de emprego e na falta de qualidade de trabalho que lhes é oferecido e, ao mesmo tempo, contribuir para o crescimento e o aperfeiçoamento dos jovens, para a sua integração no desenvolvimento da Grande Baía.

A integração dos jovens na Grande Baía e no País é uma tendência geral relacionada com o futuro de Macau, por isso, os jovens e os diversos sectores da sociedade devem ter um conhecimento racional e reflectir profundamente sobre esse processo, cooperando activamente para criarem juntos um futuro brilhante.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 06.11.2020

Construir bem Macau sob a vantagem do princípio “Um País, Dois Sistemas”

Terminou recentemente a 5.^a Sessão Plenária do Comité Central do Partido Comunista Chinês, na qual foi desenhado o planeamento global de desenvolvimento no âmbito do 14.^o Plano Quinquenal da China. Tendo em conta a adaptação às novas conjuntura e exigências, foi apresentada a ideia de construir uma nova conjuntura de desenvolvimento, tomando o ciclo do Interior da China como parte principal e o duplo ciclo entre o Interior da China e o mundo internacional como elemento de promoção mútua.

Na referida sessão, realçou-se a concretização do 14.^o Plano Quinquenal e dos objectivos longínquos de 2035, os quais integram a manutenção da estabilidade e prosperidade a longo prazo em Hong Kong e Macau. Nos últimos cinco anos, o País alcançou muito bons resultados, e as capacidades económicas e tecnológicas e as competências complexas do País subiram para uma nova etapa. Em termos gerais, o funcionamento da economia é estável e a estrutura económica tem sido optimizada.

Ao mesmo tempo, o 1.^o Plano Quinquenal de Macau desenha o posicionamento assumido pelo futuro desenvolvimento de Macau e foi incluído no 13.^o Plano Quinquenal do País. O eixo de Macau é construir “um Centro, uma Plataforma e uma Base”, promovendo, com todo o empenho, a diversificação adequada da economia da RAEM, o que é uma opção inevitável para melhorar o bem-estar da população. Tudo isto tem um significado global e estratégico importante para a manutenção da estabilidade económica e da harmonia social de Macau.

Olhando para o futuro, o 14.^o Plano Quinquenal e a Visão 2035 traçam um plano para o desenvolvimento do país nos próximos 5 a 15 anos, promovendo um ciclo duplo nacional e internacional, elevando o nível de modernização da cadeia industrial, e reforçando a capacidade de inovação tecnológica.

Macau desempenha o papel de exemplo do sucesso da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, aproveitando plenamente os apoios e políticas preferenciais concedidas pelo País, reforçando ainda mais a

cooperação com Guangdong e Zhuhai, no sentido de criar um futuro melhor para Zhuhai e Macau. A Nova Zona de Hengqin, em Zhuhai, é uma zona piloto de cooperação aprofundada entre Guangdong, Hong Kong e Macau, com grande potencial de desenvolvimento, e o mais importante é que essa nova zona já foi destinada aos “Serviços para o desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias de Macau”.

Macau, enquanto mini-economia, precisa de recorrer a forças externas para abrir um vasto espaço de desenvolvimento. Devemos aproveitar as oportunidades para nos integrarmos na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, especialmente no desenvolvimento da cooperação aprofundada com a nova zona de Hengqin, através da integração de políticas, da partilha de recursos, da ampliação do desenvolvimento dos terrenos, da ligação do centro modal de transportes, da construção e gestão conjuntas e da partilha de instalações públicas, promovendo em conjunto o desenvolvimento diversificado das indústrias, facilitando a comunicação, o intercâmbio e a cooperação entre o governo, o sector comercial e a população das duas regiões, com vista a alcançar os benefícios multifacetados da integração profunda.

Na Ilha de Hengqin já há várias indústrias: de inovação tecnológica, da área financeira com características próprias, da área da saúde, do comércio transfronteiriço e dos serviços, entre outras, e as políticas de apoio a Macau também estão a ser continuamente optimizadas e implementadas, especialmente o regime de reconhecimento de profissionais, os recursos de solos, as políticas de talentos, etc., formando-se um novo modelo sinérgico de desenvolvimento interindústrias. Devemos aproveitar esta oportunidade para concretizar o segundo Plano Quinquenal e, sob as vantagens do princípio “um País, dois sistemas”, construir bem a participação de Macau na construção da “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” e de “Uma Faixa, Uma Rota”, a sua integração profunda com o Interior da China e a concretização da complementaridade mútua das vantagens.

Com o apoio do País e através da Ilha de Hengqin, Macau já deu um passo importante na sua integração na Grande Baía. Macau pode tirar partido das vantagens institucionais decorrentes do princípio “um País, dois sistemas” para construir bem “um centro, uma plataforma e uma base”. Estou convicto de que tudo isto pode contribuir mais, e de forma activa, para o futuro desenvolvimento do País e de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 06.11.2020

A partir de 1 de Janeiro do próximo ano, a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) vai absorver as funções do Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético (GDSE), com a criação do Departamento de Desenvolvimento e Gestão do Sector Energético, responsável pelo estudo estratégico sobre política energética e desenvolvimento de produtos, e pela promoção, coordenação e acompanhamento do desenvolvimento do sector energético, e monitorização das actividades das concessionárias de serviço público. Creio que a respectiva fusão contribui para a optimização da estrutura departamental, racionalização de quadros e simplificação administrativa, mas a sociedade está mais preocupada com a forma de melhorar a política energética, promover a conservação de energia e a redução de emissões, e transformar Macau numa cidade agradável para viver e visitar, com baixo teor de carbono e amiga do ambiente.

O baixo consumo, a baixa poluição e as baixas emissões tornaram-se uma tendência mundial. Para optimizar a estrutura energética de Macau e reduzir a dependência do petróleo, o Governo da RAEM introduziu há muitos anos o gás natural para utilização na produção de energia, nos transportes públicos e nas redes de gasodutos (comercial, industrial e residencial). Nos últimos anos, empregaram-se também esforços em generalizar a utilização de veículos eléctricos amigos do ambiente, e a alteração do Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados proporcionou concessões fiscais aos veículos ligeiros que cumpram as normas de emissões, na esperança de incentivar os residentes a utilizá-los. O Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural, com um prazo de 15 anos, vai expirar no próximo ano, mas alguns dos seus conteúdos ainda não foram efectivamente implementados. Uma série de questões fica ainda por resolver, por exemplo, há que definir a política sobre gás natural e rever o novo contrato de concessão, decidir renovar o contrato ou abrir, novamente, concurso, e se vai haver ajustamentos no esquema do fornecimento de gás natural e no seu preço de venda. Espero que o Governo torne públicas, o mais rápido possível, as respectivas informações. Actualmente, apenas as unidades habitacionais públicas em Seac Pai Van, os restaurantes na Taipa, os hotéis no Cotai, a Universidade de Macau em Hengqin, e algumas novas habitações públicas e edifícios privados de Macau podem utilizar gás natural. No futuro, há que envidar esforços na instalação de redes de gasodutos de gás natural, na introdução gradual desse gás na península de Macau, e na promoção da sua utilização, para mais residentes poderem utilizar gás natural seguro e amigo do ambiente.

Quanto aos veículos eléctricos, muitos residentes queixam-se da falta de instalações complementares para carregamento, o que afecta a sua generalização e a concretização da deslocação ecológica. Sugere-se ao Governo que defina um plano faseado para o seu desenvolvimento: aperfeiçoe as respectivas leis e regulamentos; acrescente gradualmente postos de carregamento, tendo em conta

o aumento e a utilização desses veículos; estude o uso de terrenos desocupados adequados para construir mais parques de estacionamento públicos com equipamentos de carregamento; e pondere a reserva de instalações de carregamento nos novos edifícios a construir, para criar mais condições que facilitem o uso desses veículos. Propõe-se que haja um bom trabalho de recolha de baterias inúteis ou usadas, com acções de divulgação, e se estude a criação de um mecanismo de recolha obrigatória de baterias desses veículos, a fim de evitar a poluição ambiental e os riscos de segurança.

No “Plano quinquenal” da RAEM, refere-se a “construção da cidade inteligente de Macau”, mas a “energia” é uma infra-estrutura muito importante para essa construção. Sugere-se ao Governo que promova activamente o desenvolvimento da energia inteligente com novas tecnologias informáticas, tais como a Internet das coisas, 5G, megadados, computação em nuvem, etc.; crie um sistema de gestão integrada de energia urbana, com a rede inteligente de energia como núcleo; efectue a integração da energia eléctrica, do gás, e da energia para gerar frio e calor; e regule e ajuste as configurações energéticas de forma inteligente, para elevar ainda mais a eficiência da utilização integrada da energia, convertendo os serviços energéticos tradicionais em integrados.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 06.11.2020

Atenção ao encerramento de empresas, aos despedimentos e ao acompanhamento da situação, com vista à garantia do emprego

Com o impacto da epidemia e a mudança da conjuntura global, a microeconomia de Macau foi gravemente afectada, a economia local sofreu uma descida acentuada, e surgiram crises de diferentes níveis em todos os sectores. O que merece o nosso reconhecimento é o Governo ter lançado duas rondas de medidas de combate à epidemia, preparando-se para fazer bem a prevenção e o controlo internos, aumentar a procura interna, e estabilizar a base da economia de Macau. E os efeitos das medidas para alívio das dificuldades da população, de incentivo à economia e de garantia do emprego também foram reconhecidos pela sociedade.

Para atrair os turistas a visitar Macau, estimular o turismo e o consumo e prolongar o tempo de estadia em Macau, o Governo lançou, em Junho, a plataforma electrónica “Macau Ready Go”, para promover, em conjunto com os sectores, compras, hotéis e bilhetes de avião, mas a realidade ficou muito aquém das expectativas, sobretudo na semana dourada deste ano, em que, segundo os dados, o número de turistas desceu 86%. Até as autoridades afirmaram que só em 2023 é que seria possível voltar a atingir a dimensão e o modelo de turismo anteriores. Podemos concluir que a recuperação da economia ainda vai demorar bastante tempo.

A recessão económica resultou na subida contínua do desemprego. Entre Julho e Setembro, as taxas de desemprego e de subemprego subiram para 4,1% e 4,7%, respectivamente. O impacto nos sectores do jogo e do turismo, que são os maiores mercados de emprego, é mais grave ainda, e a situação de subemprego já passou a ser comum. Algumas agências de viagens encerraram, e se não se recuperar o número de turistas e este não atingir determinado nível a curto prazo, podemos prever que o subemprego vai terminar em despedimento, o que constitui uma grande preocupação. Merece a nossa atenção o facto de estes trabalhadores em subemprego serem, na sua maioria, jovens e pessoas de meia-idade, e muitos deles são o principal sustento da família, têm de pagar casa e sustentar filhos. Assim, o que mais preocupa a população é a onda de despedimentos provocar uma reacção em cadeia.

(Tradução)

Em Maio, o Governo anunciou o Plano de apoio pecuniário aos trabalhadores, aos profissionais liberais e aos operadores de estabelecimentos comerciais, para atribuição de um apoio pecuniário de 15 mil patacas, com vista a dar resposta a necessidades urgentes. Para salvaguardar o emprego, os profissionais liberais e os operadores de estabelecimentos comerciais que tenham contratado trabalhadores não podem encerrar as suas empresas nos próximos seis meses. Porém, com o termo do Plano em 31 de Dezembro deste ano, é provável que se registe uma onda de despedimentos. Assim, o Governo pode recorrer à expansão de infraestruturas para aumentar os postos de trabalho, pois não há outra indústria em Macau que possa acolher um número tão elevado de desempregados. Tão elevado número de desempregos terá, sem dúvida, grave impacto na sociedade.

Pelo exposto, o Governo deve adoptar, quanto antes, medidas para fazer face à situação. Há que continuar a impulsionar a economia interna e criar mais emprego, mas há também que alargar e aprofundar o plano de subsídio à formação de desempregados, para dar resposta à eventual onda de despedimentos, evitando assim o pânico social. Espero que as autoridades procedam ao acompanhamento mais aprofundado e atempado do mercado de emprego nos próximos seis meses e introduzam outros planos de forma atempada, de modo a estabilizar o mercado de emprego e a salvaguardar o emprego.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 06.11.2020

Duvidar das incertezas do atraso da Zona D dos Novos Aterros Urbanos e insistir no agilizar da construção de habitação económica e no planeamento, no prazo previsto, dos terrenos retomados, para articulação com a aquisição de habitação

Quanto às questões sobre os terrenos e a habitação, que preocupam o público, o Governo salienta sempre que, com os terrenos dos novos aterros urbanos e os 81 terrenos retomados, com uma área superior a 700 mil metros quadrados, há recursos suficientes para a aquisição racional de imóveis, mas segundo uma opinião expressa a um deputado da AL por residentes atentos ao andamento das obras de aterro, as obras da Zona D dos novos aterros urbanos, que tem uma área de 580 mil metros quadrados, estão atrasadas e durante o actual mandato do Governo não se registaram avanços no desenvolvimento das obras de aterro em geral. As incertezas recentemente reveladas, sobre o plano dos novos aterros, vão levar à suspensão das obras de aterro e à indefinição de uma calendarização para o desenvolvimento das habitações na Zona D. Quanto aos terrenos retomados, ainda não estão a ser desenvolvidos, e, na sua maioria, estão desaproveitados e sem plano de aproveitamento.

Para além da Zona A dos aterros novos, continuam atrasadas e sem qualquer progresso as obras de aterro da Zona D, que pode proporcionar muitas habitações, o que levou à indefinição de uma calendarização para o desenvolvimento de habitações nesta Zona. O Governo da RAEM veio repentinamente revelar que tinha apresentado ao Governo Central a possibilidade de desistir do plano de ajustamento da Zona D, que tem uma área de 580 mil metros quadrados, o que pode resultar numa grande redução das habitações a disponibilizar (sobretudo as 20 mil fracções previstas para as Zonas C, D e E).

Há atrasos e incertezas no desenvolvimento dos novos aterros urbanos, assim, o Governo tem a responsabilidade de proceder activamente ao planeamento respectivo, para proporcionar um número adequado de habitações e para que os recursos de terrenos suficientes passem da abstracção à realidade!

O Governo salienta sempre que vai ponderar sobre a prioridade de construir habitação pública nos terrenos retomados, mas de entre 81 terrenos, com uma área superior a 700 mil metros quadrados, cuja caducidade da concessão foi declarada pelo Governo, apenas o lote perto da Avenida Wai Long e o lote relacionado com o caso do Pearl Horizon, com áreas de cerca de 70 mil e 60 mil metros quadrados, respectivamente, estão destinados à construção de habitação pública.

Solicito ao Governo que siga os dois rumos em simultâneo, que acelere, por um lado, o desenvolvimento da Zona A e do lote perto da Avenida Wai Long para

(Tradução)

a construção de habitação económica, e por outro lado, sob o pressuposto de não reduzir os terrenos destinados à construção de habitações sociais e económicas, que defina, no prazo previsto, um terreno retomado com uma área adequada (por exemplo, pode compensar, atribuindo uma área idêntica à que estava destinada à habitação na Zona D), para a construção de habitação destinada aos residentes de Macau (incluindo habitação destinada à classe sanduíche), para que estes possam ter casa própria!

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 06.11.2020

Sanduíche dentro da sanduíche - Jovens desfavorecidos que lutam no fosso habitacional

Os Governos anteriores disseram sempre que se preocupavam com os jovens, por exemplo, em todas as actividades do chamado “diálogo franco”, usavam os jovens como cenário para tirar proveito, mas nunca mostraram determinação em resolver um dos problemas essenciais: o da habitação dos jovens. A pressão de ser caracol sem casca e escravo da habitação ao longo da vida amarrou muitos jovens durante a maior parte da sua existência e aprisionou a força motriz por detrás do desenvolvimento das gerações mais jovens.

Incluindo o meu primeiro discurso na Assembleia Legislativa há três anos, já se perdeu a conta às vezes em que, neste hemiciclo, falei em nome dos jovens, e na primeira pessoa, sobre a situação de desvantagem em que se encontram os jovens de Macau. A sociedade enfrenta o desafio de uma pirâmide populacional invertida, o fosso populacional envelhecido continua a aumentar, e a correspondente despesa rígida com a segurança social torna-se cada vez mais pesada, portanto, os jovens e adultos são naturalmente obrigados a carregar o fardo do sacrifício constante. No entanto, parece que poucas pessoas estão dispostas a ouvir o que os jovens têm a dizer do fundo do seu coração, especialmente aqueles que acabaram de sair do campus universitário e constituíram família e até os solteiros. Somos, portanto, precisamente, a camada sanduíche dentro da sanduíche.

Ao discutir o problema da habitação dos jovens, pode-se, em termos gerais, olhar para os indicadores internacionais sobre a acessibilidade dos preços dos imóveis, de modo a medir e avaliar se são saudáveis ou não, por exemplo, o número de anos que uma pessoa com rendimento normal tem de ficar sem comer e sem tecto para poder comprar casa; a relação entre o rendimento mensal e o valor do empréstimo a pagar mensalmente. Há que encorajar o Governo, os bancos e os mediadores imobiliários a reforçar a transparência da informação sobre as transacções imobiliárias privadas, e depois, com base nos indicadores de acessibilidade, da compra de casa e do reembolso do empréstimo, fazer reflectir no mercado preços de imóveis saudáveis nas diferentes zonas, e ainda um sistema de alerta, para facilitar o planeamento razoável da vida por parte dos jovens e a intervenção atempada das políticas do Governo.

Devido ao impacto da epidemia, neste trimestre (Julho a Setembro de 2020) registou-se um aumento constante do desemprego e subemprego dos locais, e a mediana do rendimento mensal dos locais desceu para 18 300 patacas. Contudo, entre Junho e Agosto de 2020, o preço médio das habitações privadas

manteve-se inalterado, atingindo 105 134 patacas por m², isto é, um aumento de 4,8% em comparação com o período homólogo do ano passado, antes da epidemia. Teoricamente, um residente de Macau tem de ficar sem comer e sem tecto durante 5,7 meses para conseguir comprar um m², isto é, 10 pés, numa habitação privada. Tomando como referência o preço médio das transacções do ano passado, ou seja, 5,99 milhões, os jovens precisam de ficar sem comer e sem tecto durante mais de 27 anos até conseguirem ter este montante; mesmo contando com o empréstimo bancário para os 90% do preço, os jovens precisam de ficar sem comer e sem tecto durante mais de 2,7 anos para conseguirem pagar a entrada, isto é, 10%. Mais, tudo isto pressupõe que o jovem tem trabalho estável e o seu salário é igual à mediana do rendimento mensal, sobretudo nesta realidade de epidemia, em que auferir dez mil e poucas patacas ou até ter emprego já dá para sentir gratidão.

Olhando para o Governo, que defende que presta atenção aos jovens, vê-se que este nada fez ao longo dos anos e que as políticas de habitação pública não são de todo amigas dos jovens. Nesta era louca em que o preço das habitações privadas sobe drasticamente, os rebentos são abandonados e crescem e morrem sem que alguém lhes dê atenção.

Primeiro é a habitação social. O Governo insiste em manter requisitos de acesso rigorosos, pois se os jovens coabitantes forem promovidos, as suas famílias enfrentam logo o aumento das rendas ou até a mudança forçada de casa. Como a habitação social se destina exclusivamente aos mais carenciados, algumas pessoas têm a impressão errada de que arrendar habitações do Governo é mal visto e é para os pobres, o que resulta no desperdício numa função importante para os jovens, isto é, arrendar primeiro e comprar depois.

Quanto à habitação económica, graças à lentidão da oferta do Governo, na nova ronda de sorteio, registaram-se 35 765 candidaturas qualificadas para 3011 fracções, e dezenas de milhares de candidatos passaram a figurantes. Nos agregados familiares nucleares, não nucleares e candidatos individuais, os jovens com idades entre os 18 e os 35 anos representaram a percentagem mais elevada, e alguns deles, depois do concurso de 2013, voltaram a ser enganados pelo Governo. O próximo concurso talvez só aconteça em 2022 e, neste caso, podem ter de esperar até 2027 para conseguir uma casa, o que afecta bastante o sentido de pertença e a força da coesão dos jovens.

Na recente consulta pública sobre a habitação para a classe sanduíche, o Governo nem apresentou informações básicas, como a oferta e a calendarização, e sugeriu a indexação do preço ao da habitação privada, o que significa que reconhece a possibilidade de o preço ser muito elevado. O mais importante é que o Governo alegou recorrer a essa habitação para responder às solicitações dos jovens, mas, tal como salientei antes, os jovens não se incluem necessariamente

na classe sanduíche, e visa-versa. Entre os limites mínimos de rendimento sugeridos no texto da consulta, o mais baixo é 19 455 patacas, ultrapassando a mediana do rendimento mensal dos locais. Se o Governo não definir algumas medidas especiais, por exemplo, criar o regime de "arrendar primeiro e comprar depois", aligeirar o valor da entrada e prolongar o prazo para pagamento do empréstimo, muitos jovens vão ser excluídos da habitação para a classe sanduíche e continuar a ser vulneráveis.

Tenho de reiterar aqui que dar atenção aos jovens não pode limitar-se às palavras ocas e que os jovens não devem ser o pano de fundo da propaganda do Governo. Para responder e dissipar a ansiedade e as preocupações das gerações mais jovens, os detentores do poder devem começar por resolver os problemas habitacionais, libertando a força motriz da diversificação industrial e da inovação criativa, para criar um ambiente social mais democrático, avançado, imparcial e justo.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 06.11.2020

O longo caminho para a recuperação após a epidemia e a necessidade de aumentar a capacidade da sociedade ao nível da prestação de cuidados

Já estamos em Novembro, não é fácil que Macau se mantenha estável sob o perigo da epidemia, e a economia já sofreu um grande impacto. No terceiro trimestre deste ano, as taxas de desemprego geral e local subiram para 2,9% e 4,1%, respectivamente, bateram o novo recorde dos últimos dez anos. O salário médio dos residentes de Macau desceu de 20 mil para 18,3 mil patacas, sendo o mais baixo dos últimos três anos. Mesmo com a pequena subida das receitas do jogo deste mês para 7,22 mil milhões, este valor representa apenas cerca de 20% em relação ao período homólogo do ano passado. Com a situação epidémica instável no mundo, podemos saber que o caminho para a recuperação da economia e da sociedade ainda é bastante longo, e os impactos e problemas resultantes da epidemia para Macau em várias vertentes carecem da atenção e do acompanhamento de toda a sociedade.

Os primeiros a suportar o peso da epidemia são as famílias quase pobres, as que estão em risco de cair na rede de pobreza devido ao desemprego, e as pessoas que têm de cuidar dos seus familiares. Na resposta a uma interpelação oral apresentada por um colega deputado na semana passada, o Instituto de Acção Social (IAS) revelou que, através do Plano de Integração Social e do Plano de Apoio Alimentar a Curto Prazo do Centro de Fornecimento de Alimentos da Cáritas, se prevê que o número de famílias em situação vulnerável aumente devido à epidemia deste ano. De acordo com um inquérito recentemente divulgado pela Caritas de Macau e pelo Centro de Estudos de Macau da Universidade de Macau, cerca de 18% dos utentes dos serviços do banco alimentar estão a tratar-se de depressão e cerca de 16% afirmaram ter intenção de suicidar-se. Segundo um relatório do Bom Lar, 37% dos inquiridos afirmaram que a epidemia aumentou a sua responsabilidade de cuidar dos seus familiares e 31% afirmaram que, para além dos factores económicos, o tempo para cuidar da família é a principal fonte de pressão. Segundo o relatório da Associação de Reabilitação “Fu Hong” de Macau, cerca de 80% dos cuidadores entrevistados apresentam sintomas de depressão e ansiedade, e quanto mais são os membros da família, pior o estado moral.

Todos os dados demonstram a premência do apoio às famílias no limiar da pobreza e aos cuidadores, por isso, estou grata por o Governo ter lançado, há dias, o plano piloto de atribuição do subsídio de 2175 por mês aos prestadores de cuidados a indivíduos com grave ou profunda deficiência intelectual e a pessoas acamadas. Para além destes indivíduos, espero que as autoridades ponderem incluir os prestadores de cuidados às crianças com necessidades educativas especiais, porque a definição e o número das crianças com necessidades educativas especiais e em tratamento precoce já estão clarificados e as estimativas são as seguintes: quanto à atribuição pelo Governo dum subsídio

mensal de 2175 às famílias com crianças do ensino especial, grupo que integra, em princípio, as crianças em tratamento precoce, pois em geral estas, depois da entrada no sistema escolar aos 3 anos, são incluídas no ensino especial, segundo os dados da DSEJ, no ano lectivo de 2018/2019 havia 2031 alunos no ensino inclusivo e no ensino especial, ora, fazendo os cálculos ao subsídio mensal de 2175 que o Governo atribuirá conforme o vigente plano, as despesas anuais daí decorrentes serão cerca de 60 milhões. Se as crianças com menos de 3 anos forem incluídas, haverá então cerca de 800 crianças menores de 3 anos em tratamento precoce, pois segundo recentes estimativas oficiais existem em Macau cerca de 400 recém-nascidos que precisam de tratamento precoce, portanto, as despesas com a atribuição do subsídio aos prestadores respectivos vão ultrapassar os 70 milhões, se se contabilizar os alunos do ensino especial e do ensino inclusivo. Fazendo a comparação com o Metro Ligeiro e demais obras, para as quais não há limite e facilmente atingem 10 mil milhões, ou com as despesas com a reparação do túnel do Metro Ligeiro que implicam mais de cem milhões, os custos para apoiar os prestadores de cuidados às crianças em tratamento precoce estão, com certeza, dentro do controlo. Mais, como já referi várias vezes, segundo os estudos do país e do exterior, apoiar as crianças em tratamento precoce tem efeitos a longo prazo, pois são-lhes dadas capacidades para tomarem conta de si próprias e serem independentes, contribuindo para poupar nas despesas com a saúde e com as regalias que a sociedade vai ter de suportar. Por isso, o subsídio de prestadores de cuidados não é só uma regalia, é também um investimento. Espera-se que o Governo pondere incluir, quanto antes, no referido plano de subsídio, os prestadores de cuidados às pessoas em tratamento precoce e com necessidades educativas especiais.

A epidemia provocou uma onda de desemprego, e o Governo para além de disponibilizar recursos para apoiar o Plano de Integração Social e o Planos de Apoio Alimentar de Curto Prazo, deve reforçar os diversos apoios às pessoas em situação vulnerável, pois os utentes dos referidos planos são na maioria idosos e enfrentam vários problemas emocionais. Segundo o Inquérito sobre as condições de vida dos grupos mais vulneráveis em situação epidémica, realizado pela Associação de Serviços Sociais de Hong Kong, foram propostas as seguintes políticas de apoio, por exemplo: 1. tomar como referência os limites dos activos das famílias com elementos empregados, introduzir o conceito de “prevenção da pobreza”, flexibilizar a exigência do pedido de apoio financeiro, prestar apoio básico, no prazo de seis meses, às pessoas que ficaram sem emprego devido à epidemia, a fim de poderem ultrapassar as dificuldades; 2. O Governo deve, através de acções de formação remuneradas ou da política “trabalho sim, caridade não”, criar mais postos de trabalho, de curta duração, para prestação de cuidados domiciliários aos idosos. Estas políticas são úteis para alargar a rede de segurança no âmbito dos cuidados sociais e para atenuar o impacto da epidemia junto dos grupos vulneráveis, portanto espero que o Governo as possa implementar. Ao mesmo tempo, há que reforçar os trabalhos de investigação sobre os grupos vulneráveis afectados pela epidemia, compreender e avaliar as características e escala dos grupos que precisam de ajuda, e das suas

necessidades económicas e psicológicas, a fim de assegurar a atribuição de recursos e a governação científica, e reforçar a capacidade global da sociedade ao nível da prestação de cuidados.

IAOD do Deputado Au Kam San em 06.11.2020

Não criem conflitos sociais nem mudem o foco: o caminho correcto é construir mais habitações económicas para satisfazer as necessidades

A habitação tem sido um problema que perturba a sociedade de Macau. Isto não quer dizer que o número de habitações é insuficiente. Na realidade, em Macau, há cerca de 200 mil famílias e 230 mil habitações, portanto, o número destas últimas ultrapassa as necessidades reais. Mas, como a proporção das habitações públicas é baixa e o preço das habitações privadas é elevadíssimo, nem as famílias com rendimentos médios conseguem suportar uma habitação privada. A maioria da população, que não consegue aguentar esse encargo, se quiser comprar uma casa, só pode depositar a sua esperança na habitação económica. Devido à grande procura e pouca oferta, quando se abrem concursos, são muitas as pessoas que se querem candidatar, mas mais de 90 por cento ficarão desiludidas. No concurso realizado em 2013, havia mais de 40 mil agregados familiares para 1900 habitações. Já no concurso realizado em 2019, 37 mil famílias apresentaram candidatura para a compra de 3011 fracções. Com as graves discrepâncias entre a oferta e a procura, é inevitável que muitas pessoas fiquem desiludidas.

Numa sociedade com bom senso, quando a oferta é gravemente insuficiente para satisfazer a procura, devemos então pedir aos fornecedores, ou seja, às autoridades, para aumentarem a oferta, para aliviar a pressão dessa procura. Mas alguns cidadãos que estão no fim da lista de candidatos e têm pouca probabilidade de aceder a uma casa, em vez de criticarem a pouca oferta disponibilizada pelo Governo, atacaram os outros candidatos, especialmente os agregados familiares com idosos, portadores de deficiência ou novos imigrantes. Essa reacção irracional vem, em certa medida, da prática do Governo.

Alguns candidatos que estão no fim da lista reclamam que os novos imigrantes roubaram as suas oportunidades. Mas a actual lei estipula expressamente que os candidatos a habitação económica devem ser residentes permanentes de Macau. Deste modo, os novos imigrantes não podem candidatar-se antes de obterem residência permanente. Na prática, muitos novos imigrantes conseguem ser beneficiados não porque se podem candidatar, mas porque os elementos idosos das suas famílias são residentes permanentes.

Como se sabe, segundo a Lei da habitação económica vigente, a forma de atribuição é um sorteio por graduação, que é mais importante do que o sorteio. O sorteio só faz sentido para quem ficar nos primeiros lugares na ordenação, e os que estão nos últimos lugares, se forem agregados familiares não nucleares ou candidatos individuais, dificilmente adquirem uma casa, e a ordenação que obtêm no sorteio não faz sentido. Desde o estabelecimento da referida lei em 2011, foram realizados três concursos, em que só os agregados familiares nucleares

tiveram a oportunidade de adquirir uma casa; os que têm na sua composição idosos ou deficientes, basicamente, tiveram uma casa garantida, e os não nucleares e os candidatos individuais só puderam acompanhar a corrida, situação que, obviamente, é uma consequência do regime em causa. Se houver um idoso na composição que não possui propriedades, seja ele próprio requerente ou só membro do agregado familiar requerente, será classificado nos primeiros lugares na ordenação e terá, por isso, maior possibilidade de adquirir uma casa. Face a esta injustiça, o que devemos fazer é exigir a melhoria do regime, e não fazer queixas, nem criticar ou até amaldiçoar os que conseguiram habitação económica ao abrigo deste regime. Mais, qual é o significado destas queixas e críticas? Além de descarregar ressentimentos, não há sentido nenhum. O que merece a nossa ponderação é porque apenas 3011 fracções são disponibilizadas, e só os agregados familiares nucleares com idosos e deficientes é que são contemplados no sorteio? Isso é que é importante.

O Governo tem terrenos onde se podem construir dezenas de milhares de fracções de habitação pública, mas apenas 3011 fracções foram postas a concurso. Muitas pessoas, quando vêem alguém ter a oportunidade de adquirir uma habitação económica por ficar nos primeiros lugares na ordenação, mas elas não, “apontam o dedo” aos idosos, deficientes e novos imigrantes, isto é, a indignação da população pela insuficiência de habitação económica foi transferida para os idosos, deficientes e novos imigrantes, conseguindo o Governo, assim, transferir as respectivas contradições, através de recorrer a esta forma de conta-gotas para disponibilizar 3 mil fracções, ou seja, limita-se a atirar alguns ossos, à espera que os cidadãos “se mordam” uns aos outros, o que lhe permite ficar de braços cruzados, mesmo sendo o responsável por tudo isto.

Se a oferta de habitação económica for suficiente, por exemplo, 30 mil habitações económicas, os agregados familiares nucleares com ou sem idosos ou deficientes serão contemplados, e os não nucleares ou até os candidatos individuais também, e isto é que é razoável. Agora, a oferta é espremida como pasta de dentes, isto é, o Governo está a aproveitar regimes para criar conflitos sociais, para os cidadãos que não conseguem ser contemplados “apontarem o dedo” aos idosos, deficientes e novos imigrantes. Há até quem diga que o Governo não deve construir habitações económicas, encobrendo completamente o cerne da questão da falta de oferta. Sinceramente, será que o Governo tem esta inteligência política de “atirar ossos”? Acho que não, mas esta forma errada deixou realmente os cidadãos a morderem-se uns aos outros, e o objectivo do Governo foi alcançado. Mas os cidadãos não conseguem ter uma casa, a sociedade está dividida e a sua harmonia, destruída, e será que o Governo quer isto?

IAOD do Deputado Zheng Anting em 06.11.2020

A epidemia mantém-se há quase um ano e, até hoje, não foram registados, em Macau, novos casos confirmados durante mais de 220 dias, por isso as medidas de prevenção merecem os elogios da população e dos turistas. Com o abrandamento da epidemia, foram gradualmente aligeiradas as restrições de passagem transfronteiriça, permitindo-se a entrada em Macau dos turistas do Interior da China com comprovativo de resultado negativo do teste de ácido nucleico válido para sete dias.

Com vista à articulação com a prevenção da epidemia e à salvaguarda da saúde dos trabalhadores dos casinos, o Governo divulgou, em Julho, novas regras, segundo as quais, as pessoas devem apresentar um comprovativo válido do teste de ácido nucleico ao entrarem nos casinos, e o tempo da respectiva permanência não pode ultrapassar o prazo de validade desse comprovativo, tendo sido reduzido ainda o número de assentos de cada mesa de jogo. Quando a situação da epidemia era mais grave, essas regras teriam certamente contribuído para a sua prevenção, mas agora, com o abrandamento da situação de Macau e da China, há quem do sector do jogo entenda que o número demasiado reduzido de assentos nas mesas de jogo faz aumentar os custos operacionais das operadoras e prejudica o ambiente de jogo, reprimindo a vontade de jogar dos turistas e afectando as receitas.

Ao longo dos anos, as receitas do jogo têm representado mais de 80 por cento das receitas globais do Governo. O novo coronavírus está a alastrar por todo o mundo e, devido à falta de clientes, as receitas do sector do jogo caíram mais de 90 por cento. Embora o visto individual tenha sido retomado em finais de Setembro, as receitas do jogo de Outubro não foram as esperadas, tendo-se registado apenas 7,270 mil milhões de patacas. Assim, para recuperar o crescimento económico, é ainda preciso um longo período transitório e uma coordenação de várias partes, para ultrapassar as dificuldades.

Alguns profissionais do sector confessam que, neste momento, o sector do jogo está a enfrentar muitas dificuldades e só se pode manter com a “base anteriormente acumulada”. Apesar de o Governo ter lançado uma série de medidas de apoio, o sector do jogo, o maior contribuinte para a economia, não foi beneficiado. Embora o Governo tenha salientado o desenvolvimento diversificado da economia não-jogo, é inegável que o sector do jogo continua a contribuir para a maior parte das receitas fiscais. Assim, o Governo deve reforçar a comunicação com o sector e tomar atenção às dificuldades com que este se depara actualmente.

O sector do jogo manifestou o seu total apoio às instruções do Governo sobre “o uso de máscara, a medição da temperatura corporal e a exibição de códigos de saúde, antes de entrar em recintos de jogo” e espera que, com o abrandamento da epidemia, seja permitido o aumento adequado do número de lugares sentados

(Tradução)

em cada mesa de jogo, para que os turistas que entram nos casinos possam divertir-se com segurança e, ao mesmo tempo, desfrutar de um bom ambiente de jogo, o que, para o sector, pode reduzir os custos de funcionamento e aumentar as receitas.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 06.11.2020

O Governo não pode tomar a iniciativa de ajudar os residentes a resolver as infiltrações de água?

De facto, a situação das infiltrações de água nos prédios é caótica, mas há uma lei que regula a respectiva inspecção e reparação. Nos termos do n.º1 do artigo 477.º do Código Civil e do n.º1 do artigo 7.º do Regulamento Geral de Construção Urbana, é especialmente responsável o proprietário da fracção autónoma do andar superior quando há infiltrações de água no andar inferior. Todavia, como as normas têm carácter facultativo e não obrigatório, o proprietário da fracção autónoma do andar superior pode não abrir as portas para as devidas inspecções ou reparações. Sem nenhuma outra solução, o que se pode fazer é intentar uma acção judicial, só que a sentença leva 3, 5 ou 7 anos. Segundo as estatísticas, até 30 de Outubro deste ano, foram recebidos 20001 pedidos de apoio, e 14,53% dos proprietários, ou seja, 2907, não assumiram as responsabilidades pela reparação ou não prestaram a devida colaboração.

O Governo afirma, na resposta a uma interpelação oral recente, que se sugere a definição de uma nova lei determinando que, quando haja suspeitas fundamentadas de que, depois de feita a inspecção, a infiltração provém de uma fracção vizinha e não há meio de contactar o proprietário ou este não colabora, se recorra à via judicial ou arbitral, para que aquele abra a porta para se efectuar a inspecção ou reparação, sob pena de haver corte da água e lugar a indemnização.

Segundo especialistas e académicos, há toda a necessidade de o Governo definir uma nova lei. Porém, para além das soluções disponibilizadas pelo Governo, há ainda a opção de tomar como referência outras soluções existentes. Por exemplo, o Governo recorre ao Código de processo do trabalho para tratamento das disputas laborais, em cuja nota justificativa se sublinha a introdução de algumas medidas importantes, cuja justificação principal radica na necessidade de garantir o efectivo acesso de todos ao direito e à justiça. A título de exemplo: o alargamento da natureza urgente dos processos de trabalho aos casos em que o trabalhador se encontra em situação de desemprego e em que se reclamam créditos decorrentes da cessação da relação de trabalho... a instituição de uma única forma de processo, com tramitação simplificada, mas suficientemente maleável para permitir a adequação a situações de complexidade diversa. Alguns cidadãos pediram-me para questionar o Governo sobre o seguinte: uma vez que se pode, nos termos do artigo 5.º (Natureza urgente e oficiosidade) do Código de processo do trabalho, recorrer a procedimentos de emergência para tratamento das disputas laborais, não será possível recorrer a essa prática para resolver a dificuldade de entrar nas fracções

para detectar e tratar das infiltrações de água? Para além de encurtar o processo litigioso, pode evitar-se o problema de obstruir o progresso do litígio devido às férias judiciais. Os cidadãos esperam que o Governo tome decisões com base na ideia da governação orientada para o povo, e considere seriamente as referidas sugestões dos especialistas, académicos e cidadãos, de modo a aliviar a população de forma atempada.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 06.11.2020

Aperfeiçoar o sistema normativo, o ordenamento jurídico e os respectivos mecanismos de Macau relativos à defesa da segurança do Estado

Na 5.^a Sessão Plenária do 19.º Comité Central do Partido Comunista da China, o Presidente Xi Jinping afirmou claramente que a segurança é o pressuposto do desenvolvimento e o desenvolvimento é a garantia da segurança. O mundo está a atravessar um período de 100 anos de grandes mudanças, e o desenvolvimento do nosso país encontra-se numa importante oportunidade estratégica, com mudanças complexas tanto no ambiente interno como no externo, onde as contradições e riscos aparecem de forma fácil e imprevisível. Deng Xiaoping disse: “A paz e o desenvolvimento são dois grandes problemas. Se o problema da paz não for resolvido, o problema do desenvolvimento será mais grave”. A História diz-nos que “a defesa da soberania, da segurança e dos interesses do desenvolvimento do País e a salvaguarda da prosperidade e da estabilidade a longo prazo da sociedade de Macau devem ser sempre consideradas como as primeiras prioridades”.

Assim, apresento três sugestões para aperfeiçoar o sistema normativo, ordenamento jurídico e respectivos mecanismos de Macau relativos à defesa da segurança do Estado:

1. O Governo da RAEM e o órgão legislativo devem aperfeiçoar ainda mais a nossa “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” e os respectivos diplomas legais complementares. Devem continuar a pormenorizar o articulado da lei, procedendo a estudos sobre o aditamento adequado de alguns procedimentos, e reforçar os estudos sobre a articulação entre a “Lei relativa à defesa da segurança do Estado” e os respectivos diplomas legais complementares, dando, sobretudo, importância às opiniões e sugestões recolhidas através de consulta pública, e devem ainda proceder à revisão atempada dos diplomas em causa, a fim de aperfeiçoar o seu articulado e expressão normativa.

2. Sugerimos ao Governo que aperfeiçoe, quanto antes, os mecanismos institucionais de defesa da segurança do Estado com características de Macau e melhore os respectivos mecanismos de execução. Temos de aprender com as experiências do território vizinho, colmatando as lacunas, e apresentar, em tempo oportuno e com audácia, as ideias sobre o sistema e o mecanismo de defesa da segurança do Estado com características de Macau, por exemplo, criar a figura de assessores, manter bem a nossa posição e definir bem o nosso rumo, para que as respectivas políticas possam ser implementadas.

3. Sugerimos que os organismos competentes do Governo da RAEM reforcem a capacidade de governação do pessoal relacionado com a defesa da segurança do Estado; reforcem os salários e regalias desses trabalhadores especiais da

função pública e planeiem seriamente a educação e a formação desse pessoal, para que as pessoas envolvidas tenham um pensamento firme e estejam constantemente alerta em relação à segurança, e melhorar os seus métodos de resolução dos problemas, transformando os riscos em oportunidades.

Estou convicto de que, sob a Constituição e a Lei Básica, temos total confiança, firmeza e capacidade para prosseguir, de forma plena e correcta, os princípios “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” e “alto grau de autonomia”, para nos articularmos mais activamente com o 14.º Plano Quinquenal e nos integrarmos no plano de desenvolvimento nacional, contribuindo assim para a segurança nacional e o desenvolvimento de Macau.